

33º Encontro Anual da ANPOCS
Caxambu, 26 a 30 de outubro de 2009

GT: 28 - Partidos e Sistemas Partidários

Migração partidária na arena legislativa subnacional e a racionalidade do parlamentar

Carolina de Paula (UFRGS)¹

¹ Mestranda do PPG- Ciência Política da UFRGS, bolsista Capes.
E-mail: carolzinha_ap@yahoo.com.br

“MIGRAÇÃO PARTIDÁRIA NA ARENA LEGISLATIVA SUBNACIONAL E A RACIONALIDADE DO PARLAMENTAR”

Carolina de Paula (UFRGS)

Apresentação

O objetivo do paper é realizar um estudo de caso sobre migração partidária na 15ª Legislatura (2003-2007) da Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP). Acredita-se que o subsistema político paranaense necessita de maiores atenções por parte dos pesquisadores – assim como os demais estados da federação – já que possui dinâmica peculiar quando comparado ao sistema político nacional, especialmente nos aspectos relativos ao desenvolvimento dos partidos políticos em cada estado desde a redemocratização. Se hoje o conhecimento sobre o funcionamento interno do Legislativo nacional não corresponde a uma “caixa-preta” – principalmente em decorrência do debate, pró ou contra, às teses defendidas por Figueiredo e Limongi (1999) – as pesquisas que privilegiam o sistema político subnacional, em suas múltiplas possibilidades teóricas e empíricas envolvendo o Legislativo e os partidos políticos, ainda são raras. As coletâneas organizadas por Santos (2001) e Lima Jr. (1997) certamente constituem significativas contribuições nesta direção, porém, existem muitas lacunas a serem preenchidas. É plausível afirmar que os estudos que focaram a Câmara dos Deputados em sua dimensão institucional, objetivaram compreender, majoritariamente, as relações entre o Executivo e o Legislativo, além dos aspectos referentes ao processo decisório. Dados recolhidos sobre as votações nominais no plenário da Câmara dos Deputados possibilitaram aos pesquisadores da temática afirmar que este possuiria estabilidade, e certo grau de previsibilidade, contando com altas taxas de disciplina partidária. Dessa forma, para Figueiredo e Limongi (1999) o argumento da pernicioso fragilidade dos partidos políticos brasileiros – Mainwaring (2001) – estaria equivocado. É evidente que a constatação empírica do caráter disciplinado dos partidos em plenário foi um importante “achado” para a Ciência Política brasileira. Contudo, estudar os partidos políticos com representação no Legislativo permite levantar outras questões, e enfoques, além da disciplina partidária, especialmente quando se trata de analisar os partidos com representação no Legislativo estadual. Melo (2004) sugere que a disciplina partidária em plenário não seria um indicador sobre o

quão coesos seriam os partidos brasileiros, tendo em vista que a mudança de partido pelos deputados federais durante o mandato – em torno de 30% – suscita, no mínimo, cautela na compreensão dos mesmos nessa dinâmica. O autor ressalta ainda que a análise sobre os índices de migração partidária na Câmara poderia fornecer um caminho de observação sobre outra questão, esta ainda pouco explorada, o vínculo entre deputados e partidos.

Partindo da concepção que as instituições constituem elementos autônomos de capacidade explicativa sobre os resultados políticos concretos (Hall e Taylor, 2003) propõe-se neste paper atentar para as instituições políticas envolvidas no caso em análise: os partidos políticos paranaenses e a ALEP. Apesar de aceitar a premissa que as instituições são variáveis independentes na compreensão dos processos políticos, ao conjunto de fatores explicativos serão agregados os elementos contextuais e conjunturais no caso em debate. Entende-se que o poder das instituições políticas é redesenhar as estratégias de seus atores, condicionando assim seus comportamentos de forma a otimizar os resultados desejados a partir do conjunto de regras formais e informais (March e Olsen, 1989). Porém, os porquês das altas taxas de migração partidária – a variável dependente da pesquisa – tornam-se mais bem compreendidos quando se amplia o arsenal explicativo para além do que se passa exclusivamente em plenário.

Além desta apresentação e das considerações finais o texto contemplará quatro seções: (i) a primeira seção expõe sumariamente as regras endógenas do poder Legislativo subnacional às quais os atores principais do estudo estão submetidos. Para realizar tal intento, o regimento interno da ALEP receberá centralidade, justaposto à consulta da literatura sobre a temática regimental e constitucional do poder Legislativo nacional (Novaes, 1994; Figueiredo e Limongi, 1999) e à bibliografia, esta ainda não tão vasta, sobre o funcionamento das regras internas das Casas Legislativas estaduais (Pereira, 2001); (ii) a segunda seção apresentará o quadro partidário paranaense. Desde que a reforma partidária de 1979 (Lei nº6767) estabeleceu o término do bipartidarismo, e, conseqüentemente, possibilitou a criação de novos partidos políticos, considera-se necessário atentar para os aspectos específicos destes nos estados da federação, para isso serão apresentadas as estatísticas eleitorais sobre o desempenho e evolução dos partidos no Paraná de 1982 a 2006; (iii) o objetivo da terceira seção será analisar quantitativamente as migrações partidárias a partir de um banco de dados elaborado pela

autora – as informações foram disponibilizadas pela Diretoria Legislativa da ALEP sobre todas as trocas de legenda do período (2003-2007); (iv) a quarta seção, através de entrevistas em profundidade com parlamentares que trocaram de partido, discutirá a lógica da racionalidade do deputado. Vale destacar que não existiu intenção na busca de supostas “verdades veladas” no discurso dos parlamentares nem se pretende aqui apontar expressamente o motivo da troca de partido pelo entrevistado – isso seria um exercício de adivinhação, certamente inviável para a pesquisa – as entrevistas objetivaram compreender as razões dos deputados sobre o seu próprio comportamento parlamentar, em especial no que tange à visão que possuem dos partidos no Paraná.

1. Aspectos da organização interna da Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP)

É válido discorrer sobre as principais argumentações relativas à organização interna do Legislativo nacional para em seguida comparar com a Casa Legislativa em estudo. Na busca de entendimento sobre o processo decisório no período posterior a elaboração da Constituição de 1988, Limongi e Figueiredo (1999) afirmaram através de amplo levantamento de dados e análises estatísticas, que o sistema político brasileiro possuía condições de governabilidade e até mesmo previsibilidade nos resultados das decisões. Isto é, descobriu-se justamente o contrário das teses que previam o iminente colapso do sistema político nacional (Linz, 1991; Linz e Valenzuela, 1994; Mainwaring e Shugart, 1997; Mainwaring 2001; entre outros). Ao analisarem o comportamento partidário dos deputados na Câmara de 1989 a 1994, Limongi e Figueiredo encontraram uma expressiva taxa de disciplina partidária nas votações nominais – quase 90% – em três diferentes governos, José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco. A explicação dos autores concentrou-se principalmente nos fatores endógenos da Câmara – regimento interno e prerrogativas constitucionais – como também na relação de poder entre o Legislativo e o Executivo.

Cabe detalhar rapidamente os elementos que sustentam a argumentação da pesquisa pioneira da temática. Em *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional* o argumento básico de Limongi e Figueiredo (1999) seria a harmonia da centralização da organização interna dos trabalhos legislativos ao caráter legiferante, constitucionalmente estabelecido, do poder Executivo. Para os autores a prática de governo seria sustentada por uma coordenação entre um Executivo com amplos poderes

de agenda – o monopólio na proposição de matérias orçamentárias e a possibilidade de editar medidas provisórias com força de lei – e a centralização dos trabalhos legislativos, regimentalmente previstos, na Mesa Diretora² e no Colégio de Líderes³. Ou seja, devido ao mecanismo do colégio de líderes a negociação das políticas públicas de interesse do Executivo seria barganhada via lideranças partidárias e não individualmente com os deputados. Assim, a delegação de poder do parlamentar para o seu líder seria benéfica, em última instância, para galgar seus possíveis interesses no recebimento de patronagem, já que sozinho não possui força para ameaçar o Executivo. A delegação suscitaria concomitantemente a viabilidade para o cálculo do presidente, pois este saberia de antemão os votos favoráveis, ou não, à suas propostas. É notória a importância que o Colégio de Líderes⁴ tem na tese dos autores. Por se tratar de um órgão institucional que permite aos líderes parlamentares contar com prerrogativas regimentais, inclusive poder de voto em substituição proporcional aos deputados que formam cada bancada ou bloco partidário no plenário, estes controlariam o fluxo legislativo e minimizariam a ação individual do parlamentar, restringindo até mesmo os efeitos dos trabalhos das comissões permanentes. De acordo com Limongi e Figueiredo (1999:56-57), as comissões não teriam de fato a primazia deliberativa nos trâmites dos projetos introduzidos no Congresso, já que sofreriam a interferência rotineira do “recurso de urgência”, instrumento à disposição do Colégio de Líderes⁵. Este recurso serviria para os líderes acelerarem as matérias que intencionam aprovar, contudo, aquilo que se designa “urgente” – e supostamente de perfil de exceção – tornou-se praxe no cotidiano dos trâmites legislativos no Brasil. É possível sintetizar em cinco pontos as conclusões dos autores no tocante a organização interna do legislativo nacional: (a) a centralização dos trabalhos legislativos na Mesa Diretora e no Colégio de Líderes; (b) a restrita permissividade de atuação para o deputado enquanto ator individual devido ao arranjo partidário da estrutura dos trabalhos, tanto nas comissões quanto no plenário; (c) a figura do presidente enquanto principal legislador do país; (d) a despeito da

² A Mesa Diretora agrega funções legislativas e administrativas. Esta tem prerrogativas e competências abrangentes, exercidas preponderadamente por seu presidente, que asseguram a esse órgão o controle da agenda legislativa. (Inácio, 2007:202)

³ É uma instância de deliberação parlamentar, este possui papel de destaque na compreensão da organização interna da Câmara, conforme detalhado adiante.

⁴ Lacerda (2006) expõe de forma mais minuciosa a origem histórica do colégio de líderes no contexto de elaboração da Carta de 88.

⁵ Outra atuação das lideranças nas comissões seria que os líderes são os agentes responsáveis pela indicação e substituição dos deputados que compõe as mesmas.

representação proporcional e do multipartidarismo, a combinação centralizadora da estrutura interna da Câmara com um sistema de governo presidencialista alicerçado em amplas coalizões de partidos – estes dotados de disciplina nas votações – viabilizaria a governabilidade no país.

As pesquisas que tiveram as Casas Legislativas estaduais enquanto objeto de estudo constituem menor número quando comparadas àquelas interessadas na análise da Câmara dos Deputados. A coletânea de Santos (2001) tem expressiva importância por destacar a multiplicidade de configurações institucionais de poder Legislativo que os estados da federação apresentam, conforme destacou o autor na conclusão do volume:

“(...) não resta dúvida de que aquilo que denominamos sistema político brasileiro é, na verdade, um verdadeiro laboratório de ciência política comparada. No mesmo sistema político encontramos os seguintes exemplos de ordenação institucional: a) poder concentrado na Assembléia, mas dividido entre Executivo e Legislativo; b) grande concentração de poder em mãos do governador, mas dispersão total na Assembléia; c) separação de poderes e dispersão interna; e d) governador e partidos fortes. Tais combinações acabam gerando um interessante mosaico institucional a que chamamos de sistemas políticos estaduais (...)” (Santos, 2001: 291)

Quanto aos aspectos gerais do arranjo político-institucional que surgiram nos estados brasileiros com a redemocratização, apesar das múltiplas ordenações institucionais dos legislativos subnacionais, observa-se um padrão paralelo à Carta de 1988 (Tomio, 2005). As prerrogativas constitucionais do Executivo estadual aproximam-se daquelas referentes ao presidente da República, por exemplo: (i) o poder de veto – parcial ou total – pelo governador aos projetos da Assembléia; (ii) exclusividade no projeto plurianual de lei de diretrizes orçamentárias e propostas de orçamento; (iii) autonomia sobre o funcionamento da administração estadual na forma de lei; (iv) direito a solicitação de urgência para seus projetos.

Vale destacar que o governador no Paraná não tem à sua disposição a possibilidade de editar Medidas Provisórias⁶, diferente do que acontece no Executivo federal. Ainda no rol de poderes proativos, o Executivo no Paraná, a exemplo da maior parte das Casas Legislativas no Brasil, possui a prerrogativa da Lei Delegada (LD). Esta

⁶ Segundo Pereira (2001) apenas os governadores do Acre, Piauí, Santa Catarina e Tocantins contam com esse instrumento de poder proativo do Executivo. Apesar da falta de estudos sobre a eficácia dessa prerrogativa em nível subnacional supõe que este seja um forte mecanismo de delegação de poder do Legislativo para o Executivo.

última concede ao chefe do Executivo a capacidade de legislar sobre certos assuntos sem que precise submeter projetos de lei ao Parlamento (Pereira, 2001:266).

Ao comparar as demais prerrogativas constitucionais nas mãos do governador àquelas do presidente da República é possível afirmar, num cômputo geral, que são equivalentes. As maiores diferenças aparecem quando se compara a organização interna do Legislativo estadual à do Legislativo nacional. O quadro 1 mais bem explicita as distinções.

Quadro 1
Comparação entre os poderes de agenda das lideranças partidárias da Câmara dos Deputados e da ALEP

	Lideranças partidárias da Câmara dos Deputados	Lideranças partidárias da ALEP
Colégio de líderes	sim	não
Controle de emendas do plenário	sim	não
Indicação para comissão	sim	sim

Fonte: Regimento interno da ALEP (2005); Santos (2001)

Através da análise da organização interna da ALEP observa-se a existência de um poder Legislativo estadual mais descentralizado do que visto em nível nacional, assim, as poucas atribuições dos líderes partidários não permitem afirmar a ocorrência da mesma coordenação no fluxo dos trabalhos legislativos ressaltado por Limongi e Figueiredo (1999).

Com objetivo de complementaridade ao entendimento dos dispositivos institucionais apresentados acima, trechos de entrevistas em profundidade realizadas com 40 deputados estaduais da 15ª legislatura da ALEP⁷ permitem vislumbrar como os

⁷ A pesquisa “A construção sentido para o comportamento parlamentar: o desafio de descobrir o deputado” foi realizada em 2006 sob coordenação da Profa. Dra. Luciana Veiga, do Departamento de Ciências Sociais da UFPR. As entrevistas versaram sobre diversos temas (trajetória de vida, inserção na política partidária/eletoral e escolha do partido; trajetória política até chegar à ALEP; relação com outros parlamentares, com o partido, com a liderança, com a mesa, com as comissões; avaliações sobre a mídia para a carreira; percepções sobre a democracia). Os principais achados encontram-se em Veiga *et al.*, 2008.

parlamentares percebem o papel dos seus líderes partidários na Assembléia. As três citações abaixo ilustram a visão majoritária dos parlamentares, inclusive de deputados petistas, estes geralmente tidos enquanto mais “partidários” e coesos.

“Conheço o atual líder do PMDB faz muito tempo, mas aqui não é como no Congresso que são feitos muitos votos pelas lideranças e elas representam o bloco partidário. Aqui cada deputado é um voto independente do partido, temos com a liderança um relacionamento amigável, tranqüilo e sem problemas.” (deputado do PMDB)

“O líder não tem tanto poder assim. O PT hoje tem uma divisão interna nítida, a imprensa mostra, de como nos relacionar com o Requião. Tem gente que acha que devemos nos relacionar integralmente e irracionalmente com o Requião e tem gente no PT que acha que temos que ter independência, eu sou defensor dessa última tese.” (deputado do PT)

“Cada deputado vota de acordo com o seu interesse, se o governo promete uma obra num município e ele tem interesse na obra, ele vota com o governo, ele usa seu voto como um objeto de pressão para conseguir recursos pros seus municípios. Não passa necessariamente pelo partido.” (deputado do PSDB, presidente da ALEP)

Pode-se concluir, através da análise regimental da Assembléia, que a pequena atuação dos líderes, restrita principalmente pelas regras endógenas da Casa, possibilitaria uma relação direta entre cada deputado e a Mesa Diretora, especialmente no diálogo com o presidente da ALEP.

2. O quadro partidário paranaense de 1982 a 2006

Katz e Mair (1994) classificam as frentes de atuação dos partidos em três momentos distintos, mas que estariam relacionados: (a) *party in public office*; (b) *party on the ground*; (c) *party in central office*. Segundo os autores, somente a função (b) – que se refere ao vínculo com as bases e os eleitores de forma geral – estaria em declínio, sendo que em (a), os partidos vistos em sua atuação no governo e parlamento, e em (c), os partidos em sua organização interna, a relevância dos mesmos ainda persiste e é verificável. Para os intentos da próxima seção, em que o fenômeno da migração partidária na arena legislativa paranaense será central na análise, haverá referências às

faces (a) e (c), justamente por esse motivo a descrição do quadro partidário do estado é um passo preliminar. É sabido que o país organiza-se em um sistema político federativo com tendências à descentralização – especialmente no pós-88 – assim, saber como se desenvolveram as instituições políticas nos estados, neste caso os partidos políticos no Paraná, torna-se essencial. A tabela 1 contém os índices sobre o *número efetivo de partidos*⁸ (N_e eleitorais e N_p parlamentares) nas eleições para cargos de deputados estaduais entre 1982-2006 no Paraná e a tabela 2 apresenta os índices relativos ao Paraná para Câmara dos Deputados durante o mesmo período.

Tabela 1 – Número efetivo de partidos (eleitorais e parlamentares) na Assembléia Legislativa do Paraná, 1982-2006

ANO	N_e	N_p
1982	2,0	1,9
1986	2,3	2,0
1990	6,9	5,9
1994	7,0	6,7
1998	6,9	6,6
2002	9,8	9,5
2006	7,2	6,4

Fonte: Bohn e Paiva, 2006 ; LEEX, disponível em

<<http://www.ucam.edu.br/leex/Brasil/Compet/DISPERE.htm>>

Tabela 2 – Número efetivo de partidos (eleitorais e parlamentares) paranaenses na Câmara dos Deputados, 1982-2006

ANO	N_e	N_p
1982	2,0	1,9
1986	2,0	1,5
1990	6,4	5,6

⁸ O uso do número efetivo de partidos (N) desenvolvido por Laakso e Taagepera (1979) largamente utilizado na Ciência Política para “contar” os partidos relevantes não é o único existente. O índice mensura a dispersão/concentração de uma dada população. Adverte-se que esse cálculo não permite ao analista apontar nominalmente qual (ais) partido(s) está presente na eleição/Parlamento, trata-se de uma medida estatística. Nicolau (1997) apresenta outros índices utilizados na academia e o procedimento para o cálculo dos mesmos.

1994	7,8	7,0
1998	6,9	6,1
2002	8,1	6,8
2006	7,9	6,4

Fonte: Bohn e Paiva, 2006 ; LEEEX, disponível em

<<http://www.ucam.edu.br/leex/Brasil/Compet/DIRPERE1.htm>>

A leitura das tabelas 1 e 2 permite notar que no caso paranaense o formato do multipartidarismo apresentou variações entre 1982-2006. A alta fragmentação do sistema partidário nas eleições para os cargos legislativos e no Parlamento ocorreu somente a partir de 1990. Os índices revelam, em consonância com a literatura sobre o multipartidarismo em âmbito nacional (Nicolau, 1996b), que apesar da criação de algumas dezenas⁹ de siglas partidárias, os partidos relevantes (*Ne* e *Np*) no contexto da redemocratização nunca ultrapassaram 9,8. É observável através do *número efetivo de partidos parlamentares* que durante a década de 1990 cerca de seis legendas foram relevantes, seja na ALEP ou na Câmara dos Deputados.

A bibliografia sobre partidos e eleições no Paraná não é das mais vastas¹⁰, contudo é possível apontar algumas considerações sobre o período em debate. Oliveira (1998) ao estudar o processo político-partidário durante os anos 80 destaca o crescimento do PMDB no estado, assim como aconteceu em boa parte dos demais estados da federação. Segundo a autora, no final dos anos 80 o PMDB perdeu parte de suas lideranças devido à pulverização de novas siglas no país. No Paraná a organização do PSDB em 1988 foi capitaneada por José Richa – inclusive este já havia rompido anteriormente com o então governador do PMDB Álvaro Dias –, o PRN de Fernando Collor também exerceu atração às lideranças peemedebistas neste contexto, sendo José Calos Martinez o principal líder do partido no estado. Oliveira (1998:99) argumenta que o PMDB manteve características de partido de centro durante a década de 80, aglutinando diversas tendências ideológicas, porém, com a transferência para as recém-

⁹ Mais de setenta partidos, segundo Shmitt (2000).

¹⁰ As descrições históricas mais bem detalhadas sobre o processo eleitoral e a formação dos partidos no estado encontram-se em Oliveira (1998) e Lepre (2000). Para estudos monográficos sobre alguns partidos políticos no Paraná, inclusive durante a República de 46, a coletânea de Codato e Santos (2006) é a referência de maior relevância.

criadas legendas, entre 1987-1991 a bancada paranaense do PMDB perdeu 11 membros na Câmara dos Deputados.

Outro aspecto importante nas transformações do quadro partidário estadual foram as eleições presidenciais de 1989. O pleito originou a explicitação do conflito entre as múltiplas correntes reunidas dentro do PMDB no momento crucial de definição de apoio aos presidentiáveis que disputariam o segundo turno da eleição, Lula (PT) e Collor (PRN), além de suscitar nova saída de membros peemedebistas. A partir da eleição de 1990 a redução da preponderância do PMDB no desenho partidário legislativo paranaense é evidente. A tabela 3 apresenta os partidos políticos que galgaram representação na ALEP nas eleições de 1982 a 2006 – em percentual de cadeiras– e a tabela 4 traz as informações relativas à Câmara dos Deputados.

Tabela 3 – Partidos que obtiveram representação na Assembléia Legislativa do Paraná (em percentual de cadeiras), eleições de 1982 a 2006.

PARTIDO	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
PMDB	58,6	68,5	29,6	22,1	13,2	14,8	29,2
PDS/PPR/PPB/PP ¹¹	41,4	1,9	-	3,7	15,1	7,4	7,4
PFL	-	14,8	11,1	11,1	24,5	13,0	11,1
PDT	-	9,3	11,1	16,7	5,7	11,1	5,6
PTB	-	3,7	9,3	11,1	17,0	5,6	3,7
PT	-	1,9	5,6	9,3	7,5	16,7	11,1
PSDB	-	-	9,3	5,6	11,3	9,3	13,0
PRN	-	-	18,5	-	-	-	-
PL	-	-	3,7	-	-	3,7	1,9
PSB	-	-	1,9	-	3,8	5,6	3,7
PP	-	-	-	18,5	-	-	-
PSC	-	-	-	1,9	1,9	-	-
PSL	-	-	-	-	-	3,7	-
PPS	-	-	-	-	-	5,6	5,6
PV	-	-	-	-	-	-	1,9
PMN	-	-	-	-	-	-	1,9
PRB	-	-	-	-	-	-	1,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Nicolau, Jairo. Dados eleitorais no Brasil, disponível em
<<http://jairicolau.iuperj.br/banco2004.html>>

¹¹ Em 1993 o PDS fundiu-se com o PDC, passando a chamar-se Partido Progressista Reformista (PPR). Em 1995 o PPR fundiu-se com o PP e tornou-se Partido Progressista Brasileiro (PPB). Em 2003, o PPB passou a se chamar PP (Partido Progressista).

Tabela 4 – Partidos que obtiveram representação na Câmara dos Deputados (em percentual de cadeiras) pela bancada paranaense, eleições de 1982 a 2006.

PARTIDO	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
PMDB	58,8	80,0	23,3	13,3	13,3	20,0	26,7
PDS/PPR/PPB/PP ¹²	41,2	-	-	6,7	16,7	13,3	10,0
PFL	-	16,7	13,3	20,0	20,0	6,7	16,7
PDT	-	3,3	6,7	10,0	3,3	3,3	3,3
PTB	-	-	6,7	13,3	20,0	10,0	3,3
PT	-	-	10,0	10,0	10,0	20,0	13,3
PSDB	-	-	13,3	3,3	16,7	16,7	13,3
PRN	-	-	26,7	-	-	-	-
PL	-	-	-	-	-	3,3	6,7
PP	-	-	-	20,0	-	-	-
PSC	-	-	-	-	-	-	-
PPS	-	-	-	-	-	6,7	6,7
PCdoB	-	-	-	3,3	-	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Nicolau, Jairo. Dados eleitorais no Brasil, disponível em <<http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>>

Os dados das duas tabelas acima indicam que o multipartidarismo foi mais bem explícito a partir da eleição de 1990, com o aumento da fragmentação dos partidos tanto na ALEP quanto na Câmara dos Deputados. É certo que devido ao fenômeno da migração partidária esses índices não foram estáticos durante os interstícios eleitorais, o que será mais bem avaliado na próxima seção. Importa neste momento observar a configuração partidária saída das urnas. Destaca-se primeiramente a diminuição das cadeiras ocupadas pelo PMDB no pleito de 1990 quando comparadas ao percentual obtido em 1986, passando de 68,5% para 29,6% na ALEP e de 80% para 23,3% no Legislativo nacional. O PRN foi o partido mais beneficiado com a significativa queda de cadeiras do PMDB em 1990, passando a constituir a segunda maior bancada,

¹² Ver a nota de rodapé anterior.

conquistou 18,5% dos assentos na ALEP e 26,7% na Câmara dos Deputados. O ligeiro aumento do *número efetivo de partidos* na eleição de 1994, exposto anteriormente nas tabelas 1 e 2, já apontara alterações no quadro partidário. Tem-se agora outra evidência ao atentar para a queda no percentual de cadeiras do PMDB – sendo ainda mais acentuada na Câmara –, deixando o partido de constituir a maior bancada no Legislativo federal para ficar na terceira posição (13,3%), atrás do PP (20%) e do PFL (20%). Em 1998 o PFL constituir-se-ia também a maior bancada na ALEP, com 24,5% das 54 cadeiras, e o PMDB ficaria com 13,2% das cadeiras, atrás dos índices do PTB (17%) e do PP (15,1%). Em 2002 observar-se-ia significativas mudanças no quadro partidário paranaense nos dois níveis do legislativo. O PFL foi a legenda que mais perdeu assentos, passando a ocupar 13,0% das cadeiras na ALEP e apenas 6,7% na Câmara dos Deputados, quando na eleição de 1998 obteve 20% das 30 vagas em disputa para deputados federais. As eleições de 2002 apontariam ainda o expressivo aumento da bancada petista, passando a ter a maioria dos assentos na ALEP (16,7%) e dividindo com o PMDB a posição de maior bancada na Câmara dos Deputados, ambas as legendas com 20%. O PMDB obteve um pequeno crescimento em 2002 (de 13,2% para 14,8%), mas foi o suficiente para ocupar a segunda maior bancada da ALEP devido ao aumento da fragmentação partidária em âmbito subnacional. Contudo, em 2006 assistir-se-ia um grande crescimento da bancada peemedebista na ALEP, dispo de 29,1% das cadeiras, bem acima dos percentuais das outras maiores legendas – PSDB (13,3%), PFL (11,1%), PT (11,1%) – o partido também obteve aumento na quantidade de assentos na Câmara dos Deputados, de 20% em 2002 para 26,7%. O PT foi o partido que mais perdeu cadeiras em 2006, apresentou queda de 5,6% na ALEP e 6,7% no Legislativo nacional. Em 2006 notar-se-ia o expressivo crescimento do PFL – atual DEM – na Câmara dos Deputados, um aumento de 10% em relação a 2002, passando a ocupar a segunda maior bancada. A tabela 6 indica quais os partidos obtiveram representação no Senado Federal entre os 1982 e 2006, destaca-se a pouca oxigenação de lideranças, sendo o caso mais explícito o do senador Álvaro Dias, que exerce atualmente o seu terceiro mandato no cargo. O PT no estado, em consonância ao crescimento e obtenção de maior bancada na ALEP em 2002, conquistou naquele ano, e pela primeira vez, um assento na Câmara Alta, com o senador Flávio Arns.

Tabela 6 – Senadores Federais eleitos pelo Paraná, eleições de 1982 a 2006

1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006
Álvaro Dias (PMDB)	José Richa (PMDB)	José Vieira (PTB)	Roberto Requião (PMDB)	Álvaro Dias (PSDB)	Osmar Dias (PDT)	Álvaro Dias (PDSB)
	Affonso Camargo (PMDB)		Osmar Dias (PP)		Flávio Arns (PT)	

Quanto aos pleitos para o Executivo estadual, o PMDB apresentou clara dominância ao longo do período em questão, fez os seguintes governadores: José Richa (eleição de 1982), Álvaro Dias (eleição de 1986) e Roberto Requião (eleições de 1990, 2002 e 2006). Em 1994 o PDT conquistou com Jaime Lerner a eleição para o Executivo estadual. Lerner foi reeleito governador em 1998, entretanto, nesta ocasião estava filiado ao PFL. Tendo esboçado longitudinalmente o desenvolvimento eleitoral dos partidos Paraná – especialmente no que se refere às estatísticas das eleições para os cargos Legislativos – cabe agora apresentar como as migrações partidárias redefiniram o quadro partidário saído das urnas em 2002.

3. As migrações partidárias na 15ª legislatura da ALEP (2003-2007)¹³

A literatura acadêmica sobre o fenômeno da migração partidária no Brasil, isto é, as trocas de legendas pelos parlamentares que exercem mandato eletivo, constituem um campo recente de pesquisa, mas relativamente bastante discutido (Nicolau, 1996b; Mainwaring e Liñan, 1998; Schmitt, 1999; Melo, 2004; Santos e Vilarouca, 2004; Desposato 2006; Marengo dos Santos, 2006; Freitas, 2008). Independente das motivações para análise – compreender as conseqüências para a representação política no que diz respeito à vontade do eleitorado, mensurar a interferência para a reeleição do parlamentar migrante, discutir a migração que concerne à dificuldade de institucionalização do sistema partidário nacional – todas as pesquisas citadas afirmam que as taxas de migração na Câmara dos Deputados são de fato muito elevadas (cerca

¹³ Em 27 de março de 2007 foi publicada a resolução 22.526 do TSE que entende o mandato pertencendo ao partido e não ao político, o que praticamente zerou as taxas de migração (4 trocas desde então), contudo a legislatura pesquisada refere-se ao período anterior à resolução.

de 30%) e geram alterações, no período inter-eleições, da configuração do quadro partidário definido pelos eleitores. Sabe-se que as taxas de migração na Câmara dos Deputados não são as mesmas quando se comparam as bancadas por estados federativos (Nicolau, 1996a; Marengo dos Santos, 2006), acredita-se na relevância em observar este fenômeno em outro nível do sistema político, nas Casas Legislativas. A mensuração dos casos de migração partidária na 15ª legislatura da ALEP é um comportamento parlamentar que desperta interesse e urge de melhores explicações, além de permitir ampliar a discussão da seção anterior, sobre o desenvolvimento dos partidos no estado.

Sobre as migrações partidárias na ALEP, os dados de Lepre (2000), entre 1987 a 1997, apontaram que os índices foram ainda mais elevados do que àqueles encontrados por Melo (2004) entre 1985 a 2002 para a Câmara dos Deputados. O primeiro encontrou uma média de 51% para as três legislaturas estaduais analisadas, sendo que Melo (2004) encontrou uma média de 28% de deputados migrantes no Legislativo federal. Cabe agora observar com mais detalhes a migração entre 2003-2007 na ALEP.

Tabela 7 - Número de vezes que cada deputado estadual (titular) mudou de partido na legislatura 2003-2007.

Número de vezes que mudou de partido	Número de deputados	%
Uma	12	80
Duas	3	20
TOTAL	15	100

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

Tabela 8 - Número de defecções por partido (deputados titulares eleitos em 2002)

Partido	Número de deputados eleitos	Número de deputados que deixaram o partido	%
PFL	7	3	43
PSL	2	2	100
PTB	3	2	67
PDT	6	2	34
PSC	1	1	100
PSDB	5	1	20
PL	2	1	50
PSB	3	1	34
PRP	1	1	100
PP	4	1	25
PMDB	8	0	0
PT	9	0	0
PPS	3	0	0
TOTAL	54	15	28

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

De saída, pode-se dizer que houve redução na taxa de migração partidária, dos 54 deputados eleitos no pleito de 2002, 15 deles (28%) mudaram de partido ao menos uma vez¹⁴. Uma das explicações para esta redução deve-se ao fato de que o período analisado por Lepre (2000), os primeiros anos da redemocratização, correspondeu à criação de várias legendas que obtiveram sucesso em alocar os trânsfugas, principalmente o PSDB e o PRN no início dos anos 90. Desde então não houve registro legal de nenhuma nova legenda com expressivo potencial de atração dos eleitos. É claro que esta é uma explicação parcial, já que outros fatores contextuais e institucionais contribuíram para as migrações no período anterior a 2002. Lepre (2002) destaca a transferência de legenda de significativas lideranças políticas no estado enquanto uma das causas para a elevação das taxas de migração partidária, já que os líderes levaram consigo vários parlamentares para a sigla de destino, por exemplo, o senador Álvaro Dias que trocou o PP pelo PSDB em 1995 e o governador Jaime Lerner, que saiu do PDT e filiou-se ao PFL em 1997.

A tabela 8 permite observar que os partidos apresentaram notórias variações nas defecções de seus quadros, com partidos perdendo 100% dos deputados eleitos – PSL, PSC e o PRP – e partidos que não sofreram nenhuma perda de parlamentares – PT, PMDB e PPS. Antes de dimensionar o porquê dessas variações, vale observar mais duas tabelas. Na tabela 9, lêem-se quais foram os partidos de destino dos deputados infieis, incluem-se ali a totalidade de movimentos pelos parlamentares (dezoito trocas). Nas colunas estão os partidos de origem dos eleitos e nas linhas os partidos de destino. Já a tabela 10 apresenta todas as defecções e adesões relativas aos partidos com representação na ALEP entre 2003 e 2007.

Tabela 9 - Partidos de origem e destino das migrações partidárias. Total de mudanças dos titulares (2003-2007)

Destino↓	Partido de origem deputado										TOTAL	
	PFL	PSL	PTB	PDT	PSC	PSDB	PL	PSB	PRP	PP		
PFL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PTB	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2
PDT	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PSDB	-	-	3	-	-	-	-	-	-	1	-	4
PL	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
PSB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

¹⁴ Ao todo houve dezoito movimentos de trocas de partido pelos deputados titulares, já que três deputados mudaram duas vezes de partido. Os dados apresentados no paper envolvem somente os deputados eleitos. A título de informação: dois deputados suplentes mudaram de partido durante a legislatura em estudo.

PRP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PP	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PMDB	2	-	-	2	-	-	1	-	-	1	6
PPS	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	2
PRB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

Tabela 10 - Adesões e defecções por partido (2003-2007)

Partido	Adesões	Defecções
PFL	0	3
PSL	0	2
PTB	2	3
PDT	1	2
PSC	0	1
PSDB	4	1
PL	1	2
PSB	0	1
PRP	0	1
PP	1	2
PMDB	6	0
PT	0	0
PPS	2	0
PRB	1	0
TOTAL	18	18

Fonte: elaboração própria – informações da Diretoria Legislativa da ALEP

A tabela 9 indica que o PMDB foi o principal destino dos deputados que migraram de partido, recebeu seis parlamentares. Assim, a bancada peemedebista que conquistou 8 cadeiras no pleito de 2002 – até então a segunda maior legenda na ALEP, atrás apenas do PT, com nove assentos – passou a contabilizar 14 deputados. O PPS também obteve ganhos em sua bancada, já que recebeu 2 parlamentares e não perdeu nenhum. Observa-se através da tabela 10 que 3 partidos sufragados no pleito de 2002 desapareceram durante a 15ª legislatura: o PSC, o PSL e o PRP. Já o PRB não foi sufragado e obteve representação parlamentar via migração partidária¹⁵.

Dito isso, levanta-se a questão: se as siglas variaram quanto à quantidade de entrada e saída de parlamentares, houve padrões na direção do troca-troca partidário ou o movimento foi aleatório? É possível responder a pergunta quando dois pontos são considerados (1) os partidos de acordo com sua postura na ALEP, ou seja,

¹⁵ Ocorreu uma dissidência no PL – depois se tornaria PR – e criou-se o PMR (Partido Municipalista Renovador) em 06/09/2005, este último mudou de nome para PRB (Partido Republicano Brasileiro) em 31/3/2006.

oposição/situação ao governo Requião (PMDB); (2) o perfil ideológico das legendas, *esquerda, centro e direita*.

Quanto ao primeiro ponto sabe-se que para identificar se um partido pertence a *situação* ou *oposição* não é uma tarefa das mais simples. Não foi possível dispor dos resultados das votações nominais para mensurar o posicionamento de cada bancada frente às matérias de interesse e de iniciativa do governador¹⁶. Contudo, as informações oficiais disponibilizadas tanto pela *liderança do governo* quanto pela *liderança da oposição* na ALEP foram coincidentes e ajustou-se então às declarações dos parlamentares ao serem inquiridos sobre o assunto. Durante o primeiro mandato do governador Roberto Requião (PMDB) considera-se *situação* os seguintes partidos: PMDB, PT, PPS, PTB, PP, PRP, PRB. Quanto aos partidos de *oposição* ao governo, seriam: PFL, PSDB, PSB, PDT, PL, PSL, PSC. Visto isso, cabe observar através dos dados da tabela 10 que o corte *oposição/situação* é um eficaz parâmetro para entender o fenômeno da infidelidade partidária no caso em estudo. Os partidos que estavam na *situação*, e formavam a coalizão majoritária, foram o destino de 11 das 18 trocas ocorridas no período, sendo que 2 trocas rumo à *oposição* foram realizadas por deputados que logo em seguida mudaram novamente de partido, e dessa vez para o mesmo partido do governador.

Em relação ao segundo ponto, a literatura da temática (Nicolau, 1996a; Melo, 2004) afirma que os partidos à esquerda do espectro ideológico constituem menor número de infiéis em seus quadros do que os partidos à direita¹⁷. Os dados levantados pela pesquisa corroboram o argumento. De fato, os partidos à esquerda migraram em menor proporção, dos 21 deputados eleitos pelo campo à esquerda apenas 3 (14%) mudaram de partido, sendo que do conjunto de 20 deputados eleitos à direita, 11 deles (55%) mudaram de partido. Assim, através da constatação de padrões de sentido das trocas de legendas, no tocante ao espectro ideológico, é possível afirmar a existência de diferenças entre as siglas que estavam representadas na ALEP, bem como apontar também para o impacto diferenciado sofrido pelos partidos da *situação* e *oposição*.

¹⁶ Foi protocolado um ofício à ALEP solicitando os dados relativos às votações nominais, porém, não houve retorno.

¹⁷ Sabe-se da existência das discussões quanto o caráter ideológico, ou sobre a validade do uso da escala *esquerda, centro e direita*. Acredita-se aqui na pertinência na adoção desta identificação. Segue-se a identificação proposta por Lima Jr. (1993) e Kinzo (1993). Localizados à esquerda: PT, PDT, PSB, PCdoB, PPS, PV; ao centro do espectro o PMDB e PSDB; à direita PFL, PP, PTB, PL e demais pequenos partidos.

4. As razões da infidelidade do deputado estadual paranaense

Entender por que os deputados mudam de partido faz parte da agenda de pesquisa da maioria dos autores da temática. A premissa elementar é vinculada a teoria da racionalidade e afirma, em geral, que os deputados migrariam para maximizar sua carreira e garantir sua própria sobrevivência política. Nicolau (1996a: 70) aponta três razões para a troca de legenda pelo deputado: (1) conflito de natureza ideológico-programático no seu partido; (2) conflito de natureza pessoal no seu partido de origem; (3) maximização das oportunidades eleitorais. Melo (2004: capítulo 3) segue na mesma direção do autor e afirma – não sem antes detalhar o contexto de “crise e reacomodação partidária nos anos 80” – que a migração partidária no Brasil seria parte de uma estratégia racional de sobrevivência política, permitida legalmente devido às medidas liberalizantes definidas na Carta de 88.

Em paralelo a isso, estaria o fato de que os custos eleitorais para a migração partidária seriam muito baixos no país, já que o vínculo com as bases – a função *party on the ground*, segundo Katz e Mair (1994) – é bastante tênue. Ou seja, se o impacto das trocas de legendas não atinge com significância a percepção dos eleitores sobre o político infiel, a estratégia de mudar de partido torna-se uma opção diante da grande incerteza eleitoral que a carreira na política brasileira suscita (Melo, 2004:60). Outro fator que influenciaria no baixo custo de migrar de partido seria a forte personalização das campanhas eleitorais no país. Sabe-se que o sistema de representação de lista aberta contribui para um sentimento de propriedade do mandato pelo eleito (Nicolau, 2007), dessa forma a decisão caberia, em última instância, tão somente ao político.

Conforme exposto na introdução, optou-se neste trabalho em focar os aspectos institucionais e contextuais que envolvem o fenômeno político da infidelidade partidária. Assim, após elucidar, nas duas primeiras seções, o desenho institucional da ALEP e o quadro partidário no Paraná, resta agora explorar o contexto no qual as migrações – já apresentadas na terceira seção – ocorreram no estado. Entende-se aqui que as trocas de legendas fazem parte de uma *racionalidade contextual*¹⁸, assim como argumentou Marengo dos Santos (2006) sobre o fenômeno na Câmara dos Deputados

¹⁸ O conceito é de Lima Jr., (1983).

entre 1986-2006¹⁹. Mensurar a *racionalidade contextual* das trocas de legenda permitiria variados procedimentos metodológicos, contudo, o caminho seguido foi o método de entrevistas em profundidade com os deputados migrantes da 15ª legislatura. Foram contatados os 15 deputados que fazem parte do universo da pesquisa, sendo realizadas 6 entrevistas no total²⁰. Estas tiveram duração média de 40 minutos, conduzidas presencialmente pela autora. Não houve intenções na identificação exata de qual (ais) fato(s) causou a mudança de partido pelo parlamentar, já que o risco de subjetivismo seria muito elevado. As entrevistas, baseadas em um roteiro semi-estruturado, procuraram observar as exemplificações dos próprios deputados de seu cotidiano na política estadual, e na vida partidária, para assim mais bem compreender o comportamento e os aspectos que tangem o cálculo de trocar ou não de partido.

O conjunto de entrevistados envolve: deputados originários das diversas siglas que tiveram representação no pleito de 2002 (PFL, PL, PSL, PSC, PTB, PRP); inclui um deputado que não conseguiu se reeleger na eleição subsequente (os 15 deputados infieis se reapresentaram para um cargo legislativo em 2006); inclui dois presidentes estaduais de partidos políticos, o atual presidente do PSDB e do PRB; inclui um ex-prefeito da capital do estado, Curitiba, e dois ex-prefeitos de cidades do interior. Cada entrevista possuiu certa especificidade – uma conseqüência intencional do método, já que as perguntas não foram integralmente pré-estabelecidas. Cinco aspectos podem ser sistematizados e serão mais bem discutidos aqui: (1) a escolha do partido e as convenções em 2002 e 2006; (2) a valorização do mandato enquanto propriedade pessoal; (3) a relação com o próprio partido durante o exercício do mandato; (4) as dificuldades e facilidades de adaptação na nova sigla; (5) a visão dos partidos políticos.

Quanto ao primeiro aspecto, nota-se que os deputados percebem diferenças entre o método de seleção de candidaturas entre as diversas legendas. Por vezes destacaram que a informalidade de um partido pequeno – onde o presidente da sigla centralizaria a decisão final sobre quem seria candidato – não é similar à de outros *partidos mais estruturados*, para usar o termo dos próprios parlamentares. Salientam-se também fatores internos relativos à convenção, especialmente quando o partido já conta com

¹⁹ O método de estudo da *racionalidade contextual* difere aqui daquele proposto pelo autor. Marengo dos Santos (2006) analisou o tempo de filiação dos deputados infieis em cada estado aliado aos índices de volatilidade eleitoral no período.

²⁰ Este paper faz parte da dissertação, ainda em andamento, da autora e as entrevistas não foram encerradas. Os resultados apresentados nesta seção são parciais.

algum membro de votação expressiva e que já ocupou cargo eletivo, além da dificuldade de encontrar uma legenda que acolha um candidato ainda desconhecido. O cálculo na inserção em uma legenda envolve ainda a trajetória política e o recebimento ou não de apoio na mesma, as falas abaixo exemplificam:

“Tem partido que faz a convenção numa esquina, outros precisam de um estádio.” (Luiz Carlos Martins, PSL → PDT)²¹

“A executiva entra em contato com os membros, éramos 42. Num partido a gente não tem dificuldade porque falta gente pra ser candidato. Na verdade não é que falte gente, as pessoas não querem se candidatar quando já tem um nome forte, eles pensam: “ih, lá já tem o deputado Mauro Moraes, então vou procurar outro partido”, fogem pra um partido pequeno que dará condições de se eleger 1 ou 2 ou então procuram uma partido grande que faz 10 ou 15 cadeiras.” (Mauro Moraes, PSC→PL→PMDB)

“Eu praticamente só usei esse partido (falando sobre o PRN, da primeira vez que foi candidato a deputado), já que ninguém me dava espaço por não ser uma liderança expressiva. Tem partido que tem donos. Na minha região o PMDB, onde na época eu ia entrar, tinha” (Valdir Rossoni, PTB→PSDB)

A fala do deputado Valdir Rossoni, atual presidente do PSDB, ao comparar a convenção que participou em 2002 pelo PTB à do PSDB é elucidativa quanto às diferenças entre os partidos, especialmente na formação das chapas para o Executivo:

“Totalmente diferente, nós tivemos um terremoto no PSDB. Havia uma facção que defendia uma composição com o governador que está hoje no Palácio e outra que não queria, eu liderei essa. Houve intervenção do Diretório Nacional até para dar apoio ao candidato da oposição, Osmar Dias. Eu sou contra coligações, mas aí já estou querendo demais, né? Pode acontecer, mas isso caminha em passos lentos.” (Valdir Rossoni, PTB →PSDB)

No que tange à personalização do mandato – o segundo aspecto em análise – a percepção dos deputados é que o mandato pertence a eles mesmos, já que o trabalho de campanha realiza-se praticamente sem apoio dos partidos. Acreditam que o seu nome foi a alavanca para obter sucesso, não mencionam em nenhum momento a importância

²¹ Ao citar a fala de um deputado o primeiro partido mencionado referir-se-á a legenda pela qual o mesmo foi eleito, a segunda sigla ao destino da troca.

da legenda na conquista de votos, apesar de discordarem quanto à questão da necessidade da fidelidade partidária. Sobre a “quem atribuiriam à vitória nas eleições?”:

“Não ao partido, mas ao nome do Mauro Moraes que está aí há 26 anos, né? Na sétima eleição consecutiva, sempre vitoriosa e entre os primeiros lugares. Não tenho nenhum voto de partido, é sempre o trabalho do parlamentar mesmo, por isso acho totalmente equivocada essa história de fidelidade partidária e do mandato ser do partido. Já me elegei 3 vezes pelo PMDB, pelo PSC, então o mandato é do parlamentar, não interessa o partido. Curitiba é o povo mais exigente do Brasil, não admite oportunismo nem pára-queda de última hora, sair por aí comprando presidente de associação não vai adiantar nada. Eles acreditam em quem trabalha nos 4 anos. (Mauro Moraes, PSC→PL→PMDB)

“No caso do PSL eu era mais forte do que o partido, né? É claro que precisa haver uma mudança na legislação partidária no Brasil. Eu, por exemplo, sou a favor da fidelidade partidária. Mas aí você pode me perguntar: então por que o Sr. mudou tanto de partido deputado? Eu digo, é porque os partidos no Brasil têm donos, né? E se você não concorda com a opinião do partido tem mais é que deixar o partido. Não é só porque você quer mudar de partido, mas porque não existe o fortalecimento de partido.” (Luiz Carlos Martins, PSL → PDT)

Referente ao terceiro aspecto – sobre as relações dos parlamentares com seus com seus partidos – a pergunta “se fizeram reuniões antes da posse ou se havia deliberação para decidir a postura do partido nas votações em plenário” proporcionou respostas que apontaram para a fragilidade deste vínculo. As declarações dos deputados entrevistados, quanto à maior ou menor liberdade de comportamento frente à legenda estaria conectada com a votação no pleito.

“Os partidos não existem. O mandato pode ser só do deputado ou do partido. Eu quando era muito votado o mandato era só meu, não dava a menor bola pro partido. Depois quando fui minoritário e meus votos foram menores do que a legenda do partido passei a ter que dar bola pro partido.” (Rafael Greca, PFL→PMDB)

“Foram apenas 2 eleitos pelo PL. Eu digo, apesar de parecer a ovelha negra do meio político, que partido hoje é um mal necessário. A pessoa precisa de um partido, porque sem ele a regra eleitoral não permite a pessoa disputar um pleito. E depois o deputado Chico Noroeste tinha sua linha de condução do mandato e eu a minha linha de condução. “(Pastor Édson, PL→PRB)

“O partido se reúne muito pouco, né? Eu sou membro do diretório regional e da executiva nacional do PTB, até participo de algumas reuniões

esporadicamente, mas eu vivo mesmo é o dia-a-dia do trabalho com a minha base lá em Ponta Grossa.” (Jocelito Canto, PRP→PTB)

Em relação ao aspecto quatro, sobre as dificuldades de adaptação na sigla de destino, é possível dizer que o efeito da mudança de partido pode gerar frustrações. Ou seja, ainda que motivados pela maximização da carreira e objetivando a sobrevivência eleitoral a entrada em uma nova sigla contemplaria uma dose de imprevisibilidade dos resultados desse comportamento, já que simplesmente *estar na situação* não é garantia de benefícios. A fala do deputado Mauro Moraes, ao ser perguntado se obteve maiores facilidades na aprovação de seus projetos e emendas orçamentárias por sair da *oposição* para filiar-se ao partido do governador Roberto Requião, é elucidativa. Revela também que o apoio a determinado candidato ao Executivo pode levar a uma nova mudança de partido pelo parlamentar:

“Ah, tem mais facilidades sim. Eu sou PMDB baixo clero, têm uns aí que têm toda a regalia do governo. Eu por exemplo nunca tive absolutamente nada atendido, uma emenda sequer, mas tenho até orgulho disso. Sou da base, mas não tenho aquele compromisso. Tem aqueles que são da base e são atendidos diariamente. Tem uns 7 ou 8 aí que recebem ônibus escolar, posto de saúde (...)E tem que abrir a janela mesmo, se o político se sente incomodado no partido, eu por exemplo já me sinto perseguido porque tenho simpatia pela candidatura do Beto Richa e nunca escondi, seja pela simpatia pessoal e admiração pelo gestor que o Beto Richa é, transformando Curitiba numa verdadeira metrópole. Eu acho que às vezes é até melhor sair do partido mesmo correndo o risco de perder o mandato se você está sendo perseguido, depois enfrenta a justiça” (Mauro Moraes, PSC→PL→PMDB)

Quanto ao aspecto cinco – que se refere à visão dos partidos – vale destacar que apesar dos deputados apontarem uma grande “fraqueza” dos partidos, especialmente no vínculo com o parlamentar e na falta de diálogo nas votações importantes e na indefinição programática, admitem a multiplicidade de estilos concernentes à organização das legendas. Em diversos momentos comentaram que existiria um programa ideológico em alguns partidos, em suma, “nos partidos grandes seria diferente” e o individualismo do mandato seria minimizado. Ainda que todos falem na pouca importância dos partidos no Paraná – principalmente no baixo impacto do “fator ideologia” na decisão do voto – a imagem negativa do seu antigo partido em âmbito nacional também é usada enquanto justificativa para troca de legenda.

“Troquei por conta dos escândalos do PT e que o PL estava envolvido também. O PT deu origem ao PSOL e o PL ao PRB. Particularmente eu esperava uma outra postura do nosso presidente do partido Valdemar Costa Neto que foi um dos nomes que apareceu no escândalo do mensalão. Fiquei desgostoso com o fato dele não querer nem se licenciar.” (Pastor Édson, PL→PRB)

Independente de perceberem os eleitores indiferentes ao troca-troca partidário na ALEP acreditam que uma parcela dos eleitores encontra-se atenta ao comportamento infiel do representante, podendo inclusive puni-lo na eleição seguinte. As conseqüências negativas da mudança de partido também são justificativas pela percepção que os eleitores teriam da troca. O caso da não reeleição do deputado Rafael Greca em 2006 – um político de longa carreira no estado, ex-prefeito de Curitiba e ex- Ministro do Turismo no governo FHC – é ilustrativo. O fato do ex-deputado Rafael Greca ter migrado para a mesma sigla do governador, que foi um declarado inimigo político seu por vários anos, como ele mesmo menciona ao longo da entrevista, pode ter sido uma das causas do insucesso eleitoral no último pleito que disputou.

“Se os eleitores reagiram? Uma parte da classe média curitibana se ofendeu. O Requião era visto por eles como um bandido(...) [falando se isso contribuiu para ele não se reeleger] Pode ter sido sim, a maioria das pessoas acha também. Acho que foi uma somatória de coisas.” (Rafael Greca, PFL→PMDB)

A título de encerramento da seção, pode-se dizer que os deputados infiéis fazem o cálculo para migrar de partido em um contexto de expressiva incerteza quanto aos resultados dessa ação. Acreditam também que em última instância o mandato lhes pertence – e não ao partido pelo qual foi eleito –, mas isso não significa que considerem os partidos desnecessários ou todos iguais. Dessa forma, o jogo *situação e oposição* é ponderado no destino da troca, especialmente a legenda em que o governador se encontra, já que em geral acreditam na baixa expressividade e influência do líder da bancada na condução do processo decisório, bem como na pequena influência do partido no dia-a-dia do trabalho na ALEP.

Considerações finais

O que é possível retirar de um estudo sobre migração partidária em um único estado brasileiro? Através da observação do desenho institucional paranaense – via

análise do desenvolvimento do quadro partidário de 1982 a 2006 e da organização interna da ALEP pelo regimento interno – aliada a fatores contextuais do troca-troca partidário na legislatura em estudo (15ª Legislatura, 2003-2007) pode-se perceber que as motivações para a infidelidade perpassam os dois conjuntos explicativos. Assim, tanto os aspectos endógenos regimentalmente definidos do trabalho parlamentar, como a inexistência do Colégio de Líderes, quanto elementos conjunturais da Legislatura, a coalizão partidária de apoio ou não ao governador, são fundamentais para entender o sentido e o porquê das altas taxas de migração nos interstícios eleitorais. Ao mensurar o sentido da troca – se o destino do deputado foi para a *situação* ou *oposição* – observou-se que das 18 mudanças de partido 11 foram para a base governista. Mais saliente é que o partido do governador Roberto Requião, o PMDB, recebeu 6 novos deputados após a distribuição das cadeiras nas eleições de 2002, aumentando expressivamente sua bancada.

Outro corte analítico sugerido no texto foi o destino das migrações via perfil ideológico da sigla do infiel, *esquerda, centro e direita*. Em consonância à literatura que estudou o fenômeno em âmbito nacional, encontrou-se maior taxa de migrações entre os deputados à direita do espectro ideológico – 55% dos eleitos pela direita e 14% pela esquerda. Vale ressaltar, diferente do que foi apontado por Melo (2004) ao analisar as migrações na Câmara dos Deputados, o PFL não constituiu exceção entre as siglas à direita no que toca à maior permanência na legenda pela qual o deputado foi eleito. Pelo contrário, no caso paranaense o PFL foi um dos partidos que mais sofreu defecções, dos 7 eleitos pela legenda 3 deles mudaram de partido²². Esta constatação corrobora a justificativa apresentada ao longo do texto para a importância de estudos sobre os partidos em âmbito subnacional, já que especificidades nos estados são mais do que evidentes.

Por fim, as entrevistas em profundidade com 6 parlamentares infiéis apontou que os deputados fazem o cálculo para migrar de partido levando em consideração uma ampla gama de elementos: a própria posição na Casa – *situação* ou *oposição* – ; o partido do governador; a imagem conjuntural – negativa ou positiva – do partido em âmbito nacional; a pouca coordenação pela sua liderança dos trabalhos legislativos. Imersos num cenário de incerteza quanto ao sucesso da troca, bem como ao destino da

²² Cervi e Codato (2006) explicam mais detidamente os aspectos relativos ao partido no Paraná, destacam sua baixa institucionalização.

própria carreira, justapõe-se nesta decisão os aspectos regimentais da ALEP – pequeno papel dos líderes na Casa – àqueles de matriz ideológica, incluindo ainda outros de perfil mais “eleitoreiro”.

Observar as múltiplas explicações dos deputados para a própria migração, a visão do mandato e sobre o vínculo com o partido pelo qual foi eleito permite dimensionar a magnitude do problema em mãos do TSE e TRE’s para decidir o destino dos deputados infiéis depois de 2007, quando foi publicada a resolução 22.526 do TSE que entende o mandato pertencendo ao partido e não ao político.

Referências

BOHN, Simone e PAIVA, Denise. **Sistema Partidário de Volatilidade Eleitoral no Brasil: um estudo sobre a dinâmica inter-regional**. Trabalho apresentado no 31º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. 2007.

CERVI, Emerson e CODATO, Adriano. *Institucionalização Partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná*. In: Codato, Adriano e Santos, Fernando (Org.) **Partidos e Eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. 1 ed. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral, 2006.

CODATO, Adriano e SANTOS, Fernando (Org.) **Partidos e Eleições no Paraná: uma abordagem histórica**. 1 ed. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral, 2006.

DESPOSATO, Scott (2006). *Parties for rent? Ambition, Ideology and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies*. **American Journal of Political Science**, 50(1).2006.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: FGV.1999.

FREITAS, Andréa. **Migração Partidária na Câmara dos Deputados**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo. 2009. (formato digital)

HALL, Peter & TAYLOR, Rosemary. *As três versões do neo- institucionalismo*. **Lua Nova**, n.58, São Paulo. 2003.

INÁCIO, Magna. *Estrutura e Funcionamento da Câmara dos Deputados*. In: Melo, Carlos & Sáez, Manuel. (Org.) **A Democracia Brasileira: Balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2007.

KATZ, Richard & MAIR, Peter. **How parties organize: change and adaptation in party organizations in Western democracies**. London: Sage Publications. 1994.

KINZO, Maria D’Alva. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1993.

LACERDA, Alan. **A Câmara dos Deputados de 1990 a 1998: entre o leviatã e o consenso**. Natal: Edufrn. 2006.

LEPRE, Mário. **Caos partidário paranaense**. Londrina: Editora da UEL. 2000

LIMA Jr., Olavo (org.). **O Sistema Partidário Brasileiro: diversidade e tendências**. Rio de Janeiro: FGV. 1997.

_____. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional – 1945-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

_____. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.

LINZ, Juan. *Presidencialismo ou Parlamentarismo: faz diferença?* In.: Lamounier, Bolívar (Org) **A Opção Parlamentarista**. São Paulo: Ed. Sumaré. 1991.

LINZ, Juan & VALENZUELA, Arturo. **The Failure of Presidential Democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1994.

MAINWARING, Scott. **Sistemas Partidários em Novas Democracias: o Caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

MAINWARING, Scott & SHUGART, Matthew. **Presidentialism and democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.

MAINWARING, Scott & LIÑAN, Aníbal. *Disciplina partidária: o caso da Constituinte*. São Paulo, **Lua Nova**, no 44. 1998.

MARENCO DOS SANTOS, André. *Regras eleitorais, deputados e fidelidade partidária*. In: Soares, Gláucio; Rennó, Lucio (Org.). **Reforma Política. Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MELO, Carlos. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados, 1985-2002**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2004.

MELO, Carlos & SÁEZ, Manuel. (Org.) **A Democracia Brasileira: Balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

NICOLAU, Jairo & POWER, Timothy (Org.) **Instituições Representativas no Brasil: Balanço e Reforma**. Belo Horizonte: UFMG. 2007.

NICOLAU, Jairo. *Notas Sobre Os Quatro Índices Mais Utilizados Nos Estudos Eleitorais*. In.: Lima Jr., (Org.). **Sistema Partidário Brasileiro: Diversidade e Tendências**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. *A Migração Partidária na Câmara dos Deputados (1991-96)*. **Monitor Público**, vol. 3. 1996a. pp. 41-45.

_____. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro: FGV. 1996b.

NOVAES, Carlos Alberto Marques. *Dinâmica institucional da representação: individualismo e partidos na Câmara dos Deputados*. **Novos Estudos Cebrap**, no 38, 1994, pp. 99-147.

MARCH, James & OLSEN, Johan. *Rediscovering institution: the organizational basis of politics*. Nova York: Free Press. 1989.

OLIVEIRA, Luzia. **Democratização e Institucionalização Partidária: o processo político-partidário no Paraná (1979-1990)**. Londrina: Editora da UEL. 1998.

PEREIRA, André Ricardo. *Sob a ótica da delegação: governadores e Assembléias no Brasil no pós-1989*. In: SANTOS, F. (Org.). **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

SANTOS, Fabiano. (org.) **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergências**. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

SANTOS, Fabiano ; VILAROUCA, Marcio. **Relatório Primeiro Ano do Governo Lula: Alinhamentos Partidários, Trocas de Legenda e (in) Disciplina Partidárias**. 2004 (Relatório). Disponível em: <http://necon.iuperj.br/relatorio.htm>

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

_____ *Migração Partidária e Reeleição na Câmara dos Deputados*. **Novos Estudos Cebrap**, no 54, 1999, pp. 127-146.

SOARES, Gláucio e RENNÓ, Lucio (Org.). **Reforma Política. Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: FGV. 2006.

TOMIO, Fabrício. **Instituições Políticas, Relações Executivo/Legislativo e Processo Decisório Estadual: iniciativas e decisões legislativas no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: 2005. (Mimeo)

VEIGA, Luciana ; TOMIO, Fabrício ; PAULA, Carolina. **Conexão Eleitoral em uma Assembléia Legislativa: A atuação do parlamentar e a atitude do eleitor**. In: IV Congresso de La Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, San Jose - Costa Rica. 2008.

BANCO DE DADOS

Laboratórios de estudos experimentais (LEEX), disponível em:

<<http://www.ucam.edu.br/leex/Brasil/Compet/DISPERE.htm>>

Dados eleitorais no Brasil, disponível em:

<<http://jaironicolau.iuperj.br/banco2004.html>>

OUTRAS FONTES

Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, 23 de fevereiro de 2005.

Constituição do Estado do Paraná. Curitiba, 24 de abril de 2000.